



# JORNAL DE LAGOS



Fundador FRANCISCO DA CONCEIÇÃO PAULA

Director AMÂNDIO FRANCISCO DE SANTANA PAULA

Ano 56.º

N.º 1196

15 de Julho de 1983

## ALGARVE

## PLANEAMENTO REGIONAL FACTOR DE PROGRESSO

RUI M. PAULA, Arquitecto

O Plano Director para a Região do Algarve e os Planos Concelhios continuam a constituir preocupação primeira dos responsáveis autarcas, quaisquer que sejam as áreas em que se situem.

À partida, o Plano equaciona perspectivas futuras de desenvolvimento e a sua existência, além de representar satisfação pessoal, contém valores que podem garantir ao Município acções concertadas, devidamente apoiadas.

Os objectivos que o Plano se propõe atingir dão certa «segurança» aos serviços responsáveis e em nome dele a Câmara decide, a maior parte das vezes arbitrariamente e, com frequência, dando cobertura a propostas que alteram os princípios estabelecidos.

Então, e aqui é que o problema se põe, que Plano? Que processo instituir? Em que estruturas se irá apoiar? Como estabelecer a sua gestão?

Vários são os departamentos centrais que estão a executar Planos Directores ou de Ordenamento para a Região do Algarve.

Outros, a nível Regional, pretendem iniciar a sua elaboração.

Sabemos ainda da disputa existente para o comando e controlo do processo.

Por outro lado a existência daqueles Planos, quer se trate da Região quer dum Concelho, tem estado sujeita a decisões e interesses estranhos ao sector e têm sido elaborados, de uma maneira geral, independentemente da participação das populações abrangidas.

São documentos confeccionados «à distância», estruturados de forma pouco realista em relação às situações existentes, integrando conceitos ultrapassados e seguindo uma metodologia na qual se integram, unicamente, determinados parâmetros — índices, percentagens, densidades, zonamentos, etc.

A equipa que elabora o Plano apresenta o seu traba-

lho e a partir daí desliga-se do processo de gestão. Não participa, criando-se assim um vazio que se reflete no apoio às decisões e na irresponsabilidade da sequência das tarefas que o Plano envolve.

Os Municípios, por sua vez, não estão preparados para os interpretar como não o estiveram para programar as bases do seu próprio desenvolvimento. Todos sabemos da incapacidade actual de dar solução aos problemas existentes e de resolver as graves situações com que as populações se debatem.

Os conceitos propostos são, se assim se entender, seguidos e aplicados; mas, se não houver conveniência, em determinado momento, na sua aplicação, outros parâmetros são estabelecidos.

Não basta manifestar o desejo de se dispôr do Plano Director.

Para a sua elaboração — de forma pouco actual, rotineira — os Órgãos da Administração Central têm melhores condições e maior capacidade

Continua na última página

## Memórias da Cidade

(1)

Nos dias 28, 29 e 30 de Setembro de 1783 festejou-se em Lagos a beatificação de S. Gonçalo e a bênção da imagem do mesmo Santo, mandada vir para a Misericórdia, onde ainda hoje existe.

A's entradas da Praça de Touros (Constituição) formaram-se 5 arcos, e do lado do mar collocou-se um mastro colossal com coreto para a musica. Este, em amphitheatro, dizia nas suas ornamentações com o portico da igreja e corpo da guarda. Durante os tres dias houve paradas, a que assistiu o conde de Resende, governador do reino do Algarve, salvas d'artilharia, foguetes, festas de igreja com assistencia de 40 padres, sermões dos mais afamados pregadores do Algarve, procissões, etc. No primeiro dia, e na presença do senado, nobreza, povo e de toda a tropa existente em Lagos, mandou o conde ler o perdão regio concedido aos presos militares, condemnados a trabalhos de fortificação. Em seguida procedeu-se á comovedora cerimonia de lhes tirar as algemas e ao agradecimento d'estes a S. Gonçalo.

As iluminações nas tres noites foram esplendidas e ás festas

assistiram as bandas de Faro, Tavira e Lagos.

Na noite de 29 construiu-se na praça um castello de 30 palmos d'altura com 4 guaritas. Os individuos que os guarneciam, vestidos de turcos, puzeram sentinellas, guardas avançadas, etc. Logo que o conde chegou á janella entrou uma goleta, de grande comprimento, toda iluminada e guarnecida de russos ricamente vestidos e com collares de plumas. Esta entrada foi saudada com 21 tiros das fortalezas da cidade. Collocada a goleta em lugar de onde podia atacar o castello, os turcos recolheram as sentinellas e tocaram a rebate. Os russos enviaram um escaler com um embaixador aos turcos, exigindo - lhes a entrega do pachá que estava prisioneiro no castello. Voltando o embaixador a bordo sem o prisioneiro, começou o combate, que durou meia hora e vendo os da golleta que o fogo do castello diminuia, mandaram segunda embaixada, que não foi admitida pelos turcos. Então os russos resolveram levar o castello d'assalto, minaram este, e os turcos saindo bateram-se uma hora com todos os russos que já

Continua na página 2

### LAGOS NO PRINCIPIO DO SÉCULO



## Memórias da Cidade

Continuação da 1.ª página

tinham desembarcado. Seguiu-se combate entre um russo e um turco, e recomeçando o combate de todas as forças, os turcos foram vencidos, prisioneiros e algemados.

Os russos conduziram depois para bordo o que havia no castello e deram fogo ás minas, ficando as guaritas cheias de rodas de fogo enquanto d'ellas saíam milhares de foguetes. Depois d'isso houve danças e fogo d'artificio, como nas outras noites. Em uma das noites, debaixo da janella onde se achava o conde de Resende, houve um oiteiro, recitaram-se odes, venias e poesias diversas.

A camara assistiu a todos os festejos.

D. Maria I, em virtude de concessão obtida do papa Pio VI, ordenou que a 16 de Setembro de cada anno se resasse, com rito duplex, de S. Gonçalo de Lagos, o que foi publicado na igreja de S. Sebastião da mesma cidade em pastoral do bispo D. Luiz Lourenço de Santa Maria, datada de 3 d'abril de 1781.

Existiu aqui confraria de S. Gonçalo de Lagos, protector da mesma cidade

O senado da Camara de Lagos fez a festa annualmente, a S. Gonçalo até 1834, não se encontrando depois d'este anno qualquer referencia na actas municipaes a festa mandada fazer por esta corporação.

## (2)

Começou, não se sabe quando, a construção da nova torre, junto da igreja de Santo Antonio, para collocação de um relógio, mas parece que pouco trabalho ali se fez.

Em sessão municipal de 28 d'agosto de 1822 tomou João Baptista da Silva Lopes a iniciativa de uma subscrição popular para a continuação d'esta torre ou para edificar uma nova torre no serro das alturas. O mestre d'obras Francisco Lopes do Rosario, encarregado de fazer o orçamento respectivo, orçou a conclusão da torre em 500\$000 reis e a construção da nova torre, que pretendia fazer no referido serro, em 9:000 cruzados.

Em vista do exposto optou Silva Lopes pela conclusão da torre começada junto á igreja de Santo Antonio, pediu e obteve do bispo a cedencia de toda a cantaria da igreja em ruínas, de Santa Maria, que fosse necessário empregar na torre e convidou os subscriptores a mandarem conduzir a materia prima para o local da obra e a entrada no cofre municipal com as importacias que tinham prometido.

A obra começou em março de 1823 e os officiaes d'infantaria n.º 2 concorreram para a construção d'essa torre (acabamento) com 50 moedas e o povo com o material e com 400\$000 reis. A

camara a 24 de maio de 1833 ajustou a construção do relógio para esta torre com D. Antonio José Gonçalves, de Faro. O sino para o relógio foi collocado a 5 de maio de 1825 e n'ele está gravado:— Maria I Rainha de Portugal— anno 1797. D. António José Gonçalves não forneceu o relógio, conforme o seu contracto, e em 1825 um sapateiro, que veio para Lagos, conhecido por José Faz-tudo, instou com a camara para que o autorizasse a dirigir a construção de um relógio para a torre referida, pagando a mesma camara a um ferreiro que pozesse em execução o que elle determinasse. Não acceitou a camara o exposto mas acceitou o prior de S. Sebastião para ser construido um relógio para a torre do sua igreja. O ferreiro escolhido foi Antonio da Costa e Souza e o relógio foi construido, mas tão imperfeito que não dava horas. O sapateiro durante dois mezes passou parte dos dias na torre a fazer com que o sino desse as badaladas que o relógio devia fazer dar, mas, por fim, abandonou este ingrato serviço.

Em 1828 lembrou-se o referido ferreiro Costa e Souza de ir a Portimão ver o relógio que alli existia e, voltando, aproveitou parte do trabalho por elle feito sob a direcção do Faz-tudo e construiu um bom relógio para a torre da igreja de S. Sebastião.

Devo dizer aqui que existia então um relógio no convento da Senhora da Glória e que, havendo uma enorme tempestade, pelas 5 horas da manhã do dia 14 d'outubro de 1830, cahiu um raio no referido relógio.

O mesmo Antonio da Costa e Souza, em sessão municipal de Lagos de 23 d'abril de 1839, apresentou-se a offerer um relógio, por elle construido, para ser collocado na nova torre da igreja de Santo Antonio, relógio que, no caso de não sahir bom não seria pago e regulando bem, o mesmo Costa faria uma subscrição pelos moradores da freguezia de Santa Maria, dando a camara em prestações o que faltasse para o preço que a mesma camara fixasse.

As condições referidas foram aceites, o relógio foi collocado na torre, mas em sessão de 20 de novembro do mesmo anno, deliberou a camara pagal-o na sua totalidade pela quantia de 300\$000 reis.

Em 1907 a camara substituiu por novos relógios os dois relógios feitos pelo Costa.

### MONOGRAPHIA

Autor — Manuel João Paulo Rocha  
Edição — Typographia Universal  
(A Vapor) — Porto

Ano — 1910  
Transcrição das páginas 399/400  
e 162/163

## Documentos (1)

ALEXANDRE MASSAY

DESCRICHÃO DO REINO DO ALGARVE 1621

— Pags. 39 a 41 «LAGOS CIDADE E SUA TRAÇA»  
(Colecção Olissiponense Vieira da Silva)

Como nesta cidade de Lagos de muitos anos a esta parte, residem os governadores e um dos corregedores do reino juiz de fora o provedor dos orfãos, e o das almadravas de todo o reino, e nela muita gente nobre que por brevidade se deixa e por não ser o meu intento nem o que V. S.ª me tem mandado; digo que está sobredita cidade assentada ao longo da costa do mar, e que ela tem uma baía de legua e meia de praia na qual pode desembarcar com todo o genero de navio, o antigo desta cidade que antes era vila está cercado de muros como na seguinte traça se vê assinalado e declarado, porém está o dito cerco em parte derribado, nem sei de certo se se derrubou ou se caiu, o que está em pé é de boa fábrica ao antigo, o castello desta cidade é a mesma habitação do governador do reino do qual é alcaide mór ao presente Lourenço da Silva; a muralha ou fortificação nova desta cidade que dizem mandou «compassar» el rei D. João III que está em glória, também se verá ao diante com suas declarações e quanto ela fará de custo acabar-se a dita fortificação; esta cidade tem comércio com todo o levante, e poente de donde vem a ela muitos naus e embarcações de toda a sorte com varia mercadoria, e isto por causa de grande carregação de atuns e sardinhas, e outros peixes que nela há abundantemente e o próprio de vinho, não o é de pão por causa de muitas terras perdidas como já em outras atrás tenho dito a V. S.ª. É esta cidade sadia e de muitos bons ares, e a água lhe não falta e é razoavelmente povoada e de gente de toda a sorte.

Tem um fortezinho fora dos muros ao longo da costa o qual se diz o Pinhão por estar situado sobre um rochedo que nele bate o mar, e este defende mal a entrada da barra, e o sitio por fora do dito fortezinho lhe é assás superior, e assim ele não é de muita utilidade. Há nele ao presente a seguinte artilharia a saber.

Um leão de bronze e uma espera e um salvagem, e cinco falcões de camaras, tudo de bronze e formosas peças e bem concertadas; no castello desta cidade e em alguns baluartes da nova fortificação há outras peças de artilharia de bronze muito boas e assim mesmo de ferro, há um sagre quebrado de bronze está no castello.

Outra peça tem esta cidade que se diz Ferraria a qual está à boca da barra onde sua magestade por conselho de D. Diogo de Menezes que então era governador do reino, mandou nele se fizesse um molhe que na seguinte traça se verá assinalado com sua declaração o qual até o presente se não pôe por obra sendo bem necessário e nesta sobredita praça não há ao presente artilharia que a tiraram della e fazendo-se o sobredito molhe há ordem que nele se torne pôr por ser ali mais necessário.

No sobredito fortezinho do Pinhão de ordinário mora nele o condestable que tem de ordenado 20 U cada anno, há na cidade 5 bombardeiros com 10 U de ordenado cada anno os quais se pagam com a renda da empoisição que rende nesta cidade 280 U e deles se paga também as vigias, e sargento mor, e outras despesas que V. S.ª bem sabe.

Vigia-se na costa ou praia para levante ou leste, e na torre alta

Continua na página 3

## OS GATOS ... do Tobias

Continuação da última página

«compostinho», de pezinhos calçados? Olha, esse tal é que é um descalçado mental.

Pois é, se as forças regionais não se organizarem e não estabelecerem, elas mesmo, os seus programas de actuação sectoriais e as acções fundamentais ao seu próprio desenvolvimento, muita interferencia se processará através de afirmações gratuitas deste tipo, que de facto são representativas de uma determinada politica de actuação, com total desconhecimento dos valores e aptencias desta Região.

Num processo turistico, todos os esquemas têm o seu lugar. Necessário se torna integrá-los e estabelecer programação ao nível da região.

Apetecia-nos aconselhar o tal senhor que apresentasse proposta sobre as remessas dos emigrantes — que também são de pés descalços, como todos nós — para que não fossem «aceites» no país. Que tal? Seria, pelo menos, hilariante.

# 2.<sup>A</sup> QUINZENA · LAGOS

## PODER LOCAL · TURISMO · CULTURA

23 JULHO a 7 AGOSTO 1983

CAMARA MUNICIPAL de LAGOS

### PROGRAMA DA QUINZENA

#### JULHO 23

- 9 h. Hastear da Bandeira  
Largada de Pombos  
Fanfarra dos Bombeiros e Banda  
Filarmónica 1.º de Maio de Lagos
- 22 h. Concerto, na Praça do Infante,  
por uma Banda Filarmónica.

#### 25

- 18.30 h. Paineis de Exposição, a colocar  
em Praça Pública, sobre LAGOS  
E A EPOCA DOS DESCO-  
BRIMENTOS.

#### 26

- 22 h. Recital de Canto, no Parque de  
Estacionamento da Câmara.

#### 28

- 22 h. Concerto, na Igreja de St.ª Maria,  
pelo Grupo Coral de Lagos.

#### 30

- 18.30 h. Feira de Artesanato.
- 22 h. Arraial, no Parque de Estacio-  
namento da Câmara  
Sardinhada / Ranchos Folclóri-  
cos / Baile Popular / etc.

#### 31

- 22 h. Concerto na Praça do Infante,  
por uma Banda Filarmónica.

#### AGOSTO 1

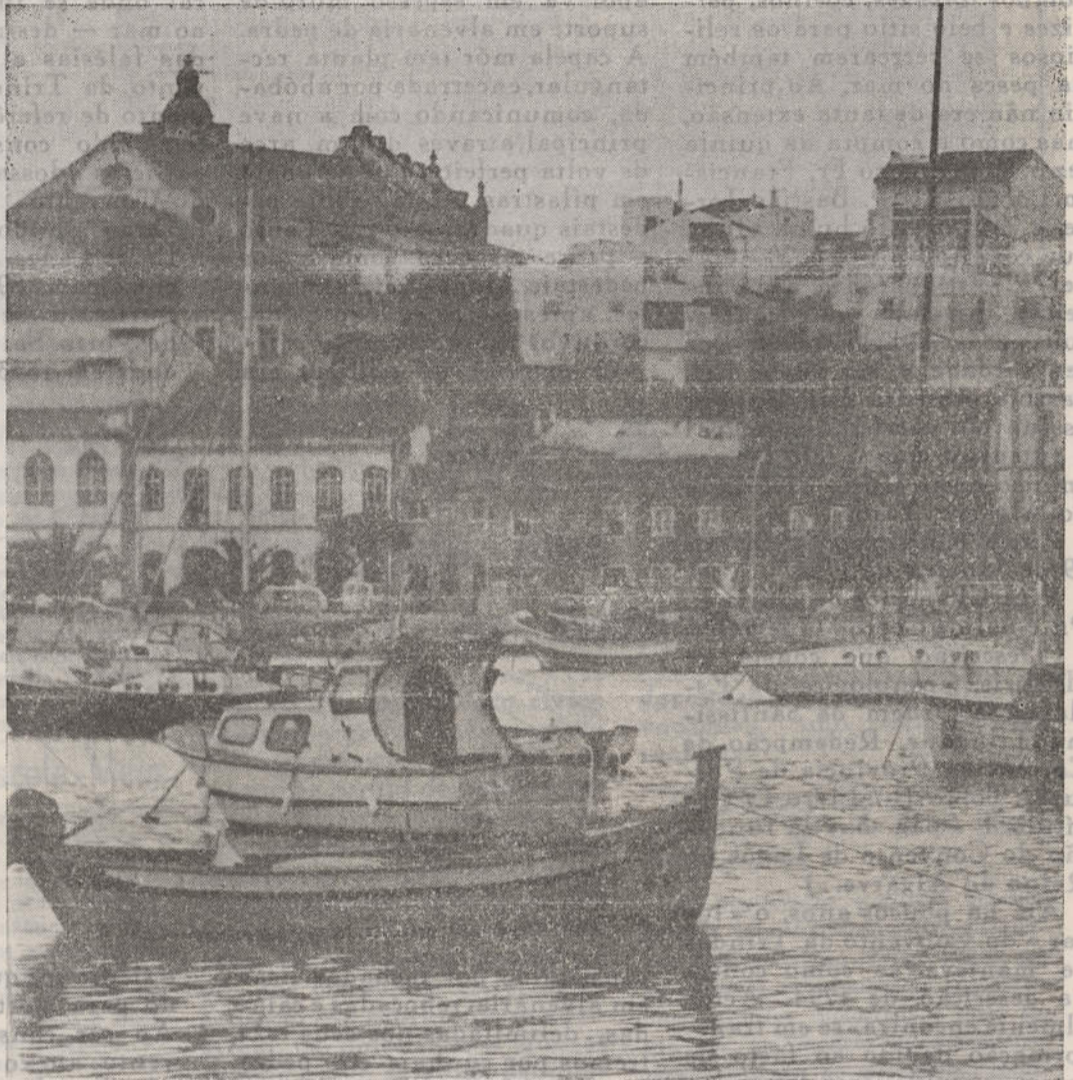
- 21.30 h. Exposição do pintor popular João  
Liça, no Mercado de Escravos.

#### 4

- 21.30 h. Recital de Canto e Piano, na  
Igreja de St.ª Maria,  
— Patrocinado pela Secretaria de  
Estado da Cultura.

#### 5

- 21.30 h. Sessão sobre Desenvolvimento



Urbano e Defesa do Património,  
no salão da Câmara Municipal  
de Lagos.

#### 6

- 18 h. Visita guiada a Património da  
cidade.
- 22 h. Arraial, no Parque de Estacio-

namento da Câmara

Variedades / Ranchos Folclóricos  
Baile Popular / etc.

#### 7

- 22 h. Concerto, na Praça do Infante,  
por uma Banda Filarmónica.

## Documentos (1)

Continuação da página 2

pequena e na torre alta grande nos quais sitios em cada um deles há uma armação de atum, e para oeste se vigia em 3 partes ou postos que neles se pode desembarcar, e tudo com 12 homens e com sua sobre solda os quais todos se pagam da renda da emposição como acima se tem dito.

Em uma das praças desta cidade a qual é mais perto, do castelo onde se tem dito que mora o governador defronte da casa da Santa Misericórdia, está o armazém das armas e a casa da polvora e munição assás bem provida, e bem consertada e o dito castelo se se vai a ele por um corredor ou varanda que será a distância 50 até 60 braças por onde o governador cada vez que quer visitar o dito armazém e casa o pode fazer sem sair fora, coisa na verdade comoda e curiosa que a mandou fazer D. Diogo de Menezes governador no seu tempo, e assim fez grande parte da nova fortificação e assim fez mais outras muitas curiosidades como foi S. João e a Alameda, o adro e porta da Igreja Matriz, e outras muitas que por brevidade não digo e só louvo à sua muito curiosidade.

### Rendimento

Renda sobre a dita cidade para a fazenda da sua Majestade o geral, 701 U. a portagem 180 U. as terças do concelho 40 U. ramo da Raposeira seu termo 70 U. a sardinha desta cidade um ano por outro 10 contos de reis que são 25 U. cruzados; alfandega renda 800 U. que, por tudo monta sem rendimento da emposição com o que se pagam as vigias e o mais acima dito, onze contos setecentos noventa e um mil e o torno a dizer por numeros 11791 U 000.

### Infantaria da cidade e termo

A cidade tem 955 pessoas entre pé e, cavalo. Barão grande seu termo 37 de pé e cavalo. Odeaxar e Bensafrim seu termo 75 de pé. Budes seu termo tem 74 de pé. Barão pequeno seu termo 22 de pé. O Marmetele termo 19 de pé. A ribeira de Sta. Maria termo 13 de pé. A dos Gralhos seu termo 15 de pé. O lugar de Raposeira e aldeia do Bispo seu termo 145 de pé e cavalo. A Figueira termo desta cidade 30 pessoas de pé. Que por tudo são 1371 entre de pé e cavalo que a cidade de Lagos e o seu termo tem.

# O Convento da Trindade e a Igreja de Porto Salvo

M.<sup>a</sup> F. BALMORI, Arquitecta

«A cerca hé bastantemente comprida, e larga. Contesta com o mesmo Mar, em pouca distância da Torre do Pinhão. Consta de vinhas e árvores de fruto, murada pela parte da terra e do Mar, de asperos rochedos, onde tem caça de pombos torcazes, coelhos, perdizes e belo sitio para os religiosos se recrearem também na pesca do mar. Ao principio não era de tanta extensão, mas como a compra da quinta fez o P. Ministro Fr. Francisco Lobato, ao P. Bastião Jorge e juntamento huma vinha que comprou o nosso Veneravel P. Fr. António da Conceição intestada na rocha, ficou mais avantajada». Por ser verdade e ser cópia fiel, passo a presente certidão que assino por comissão episcopal e autentico com o selo branco em uso nesta Cúria diocesana do Algarve, Faro.

Cúria Episcopal Faro aos 19 de Janeiro de 1794.

Vice Chanceler da Cúria P. Pr. Analide Coelho Guerreiro.

(Descrição que consta na História Cronológica da Esclarecida Ordem da Santissima Trindade, Redempção de Cativos da Provincia de Portugal. Tomo II / Livro I / Capítulo I / pag. 5 «da fundação do Convento de Lagos no Reino do Algarve.»)

Até há poucos anos, o «lugar» do Convento da Trindade manteve-se como consta na descrição de 1794. Actualmente encontra-se em transformação devido ao facto de terem surgido grandes volumes edificados que alteram profundamente as relações e a escala existente entre a natureza e as edificações.

O Convento, situado sobre as arribas e visto do mar como ponto de referencia, apresenta proporções que ressaltam a escala monumental da orla marítima.

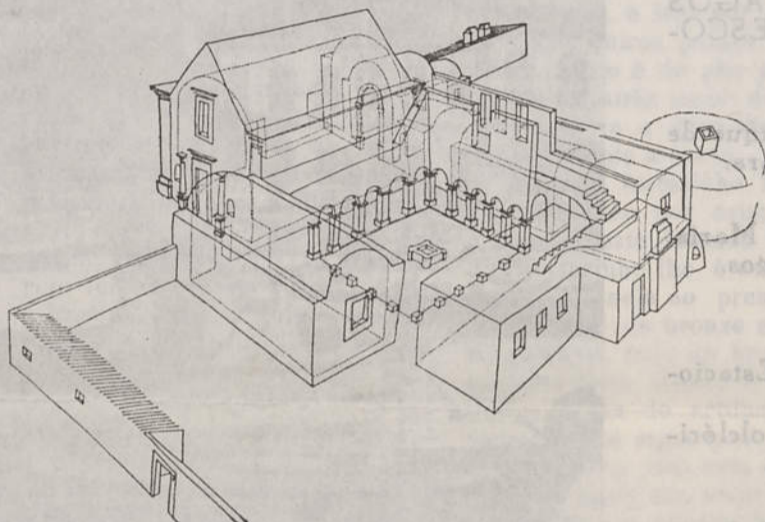
É um edificio isolado, constituido por vários corpos de planta rectangular, dispostos em redor de um pátio central que, no principio eram construções de dois pisos.

O claustro ou pátio era porticado a nível térreo, com cinco arcos de alvenaria de cada lado, de volta perfeita, que se apoiavam sobre pilares de cantaria, dos quais, actualmente, só restam os respectivos arranques. Um dos lados do claustro é constituido pelas ruínas da Igreja de Porto Salvo.

Este convento arruinou-se com o terramoto de 1755, ficando apenas de pé o piso térreo. Na Biblioteca Nacional em Lisboa encontra-se um

levantamento destas ruínas realizado em 1789 pelo Coronel Eng. Teodósio Reboxo da Silva, desenhos esses que mostram alçados, cortes e volumetria das ruínas então existentes. O levantamento mostra o volume da Igreja, de planta rectangular, encerrada por uma abóbada que se apoiava em espesso muro de suporte em alvenaria de pedra. A capela mór tem planta rectangular, encerrada por abóbada, comunicando com a nave principal através de um arco de volta perfeita, que se apoia em pilastras e estas sobre pedestais quadrangulares. Tanto a pedra do arco como a dos pedestais, ainda hoje existentes, apresentam elementos decorativos lavrados.

O exterior do edificio era



constituido por fachadas lisas em alvenaria, rebocadas e caiadas, delimitadas nos seus extremos por cunhais em pedra com base e cornija, sendo esta ultima continua ao longo do edificio servindo de «arranque» ao telhado de duas águas que cobria a abóbada da Igreja.

Na fachada lateral aparece apenas um vão guarnecido a cantaria, com a verga mais larga que as ombreiras e rematadas por uma conija — traça muito simples de características renascentistas. A fachada principal tinha um vão semelhante ao da fachada lateral mas de proporções maiores — porta ladeada por duas colunas que se apoiavam sobre pedestais. Esta solução é semelhante as das Igrejas de S. Maria e S. Sebastião.

As colunas terminavam ligeiramente mais abaixo da cornija, não serviam de suporte a coisa alguma e tinham aos lados dois nichos. Sobre a porta, havia uma janela de características semelhantes.

Desta Igreja resta apenas a capela mór e muros da nave, encontrando-se estes demolidos em parte.

Junto ao conjunto edificado

e isolado existia o Rocio da Trindade, espaço este que foi destruido com a abertura da EN125, nos fins dos anos «50».

Actualmente, envolvendo o Convento, surgem novas edificações — os chamados prédios de rendimento — de grandes proporções e de características totalmente alheias ao local onde se inserem — junto ao mar — destruindo a escala das falésias e o próprio convento da Trindade como elemento de referencia. Também têm sido construidos novos edificios adossados aos muros do Convento.

— Dados obtidos na monografia de Lagos de M. J. P. Rocha, pag. 89; o Convento construiu-se junto à Igreja de Porto Salvo, Igreja fundada em 1553 por milanezes

be «Lagos - Palace» at Trindade near Lagos which with its surroundings, is likely to be the loveliest corner of western Europe.

Plans are shown among the illustrations.

The hotels will be quite up-to-date, with every comfort, drawing-rooms, billiard-rooms, tea-rooms, smoke-rooms, an American bar, concert-hall, tennis court, golf-links, etc.

There will be sports such as rowing fishing and motoring.

The place dominates the splendid bay of Lagos and is but a few miles from «Sagres» and «Monchique».

«Sagres» stands on the beautiful cliffs of Cape S.<sup>ta</sup> Vincent close by which steamers pass on their routs to Gibraltar.

«Monchique» is a village, on the mountain of that name where there is an establishment for sulphureous waters and where splendid views are to be found. From the top of mountain, on a very clear day, one can even distinguish Morocco across the Atlantic.

Considering the beauty of the place and its surroundings, the mildness of its climate (diagrams are shown) and the comfort and entertainments which will be provided at the new hotels, one may safely reckon in the near future that Lagos will become a favourite winter season resort.

For the building of the Lagos Palace Hotel, the support of Lagos Town Council has been secured, and that of the «Sociedade de Propaganda de Portugal» and shares of 5 escudos (about 1 £) are being issued.»

## M A D

Continuação da página 5

recta, ou seja, na participação activa de todos os cidadãos nas decisões que lhes dizem respeito. Por isso nos empenhamos em promover todas as formas de democracia participativa, nos locais de trabalho e de residência, ou nas mais diversas manifestações de associativismo.

Com os apoiantes do MAD que já manifestaram a sua adesão, na sequência do Encontro Nacional realizado em Lisboa no passado mês de Maio e com a nomeação da Comissão Coordenadora, vai realizar-se, possivelmente em LAGOS, uma primeira Reunião de esclarecimento sobre o Movimento e seus objectivos e definição das áreas-problema prioritárias que interessam fundamentalmente à Região do Algarve.

Esta reunião, que se pretende pública e o mais participada possível, terá a presença de dois membros da Comissão Coordenadora Nacional.

## NOTICE

«A Company is about to be organised to undertake the building of comfortable modern hotels in the most beautiful spots in Portugal, só that those places may be visited by tourist, with every conveniences and comfort.

The first hotel to be built will

# O ENSINO EM LAGOS

— Prof. Apeles Espanca

Falar sobre o ensino, ou a saúde, ou a habitação, ou o emprego, é ter a sensação de estar fatalmente a tocar nas feridas dolorosas do nosso corpo.

Quantas dores! Quantas carências! Lagos, é claro, é apenas um poro do corpo total do país. Zonas há com problemas bem piores, outras em melhor situação.

Os grandes problemas do ensino, neste país, são sobretudo estruturais. Há algo, no âmbito global, que está mal. Todos o sentem. Alunos, pais, professores. Quem tem força para pegar nisto?

Como tudo isso nos transcende um pouco, abordemos coisas mais palpáveis, elementos mais concretos, mais directos.

Falemos, pois daquilo a que se poderá chamar «factores conjunturais», nossos, de Lagos, e do Algarve em geral. No momento em que escrevo meados de Junho, uma onda de calor afecta séria e determinadamente, todo o processo de ensino-aprendizagem. É impossível trabalhar nestas condições climáticas. É um problema de todos os anos, que deve ser encarado com seriedade. Haverá soluções alternativas?

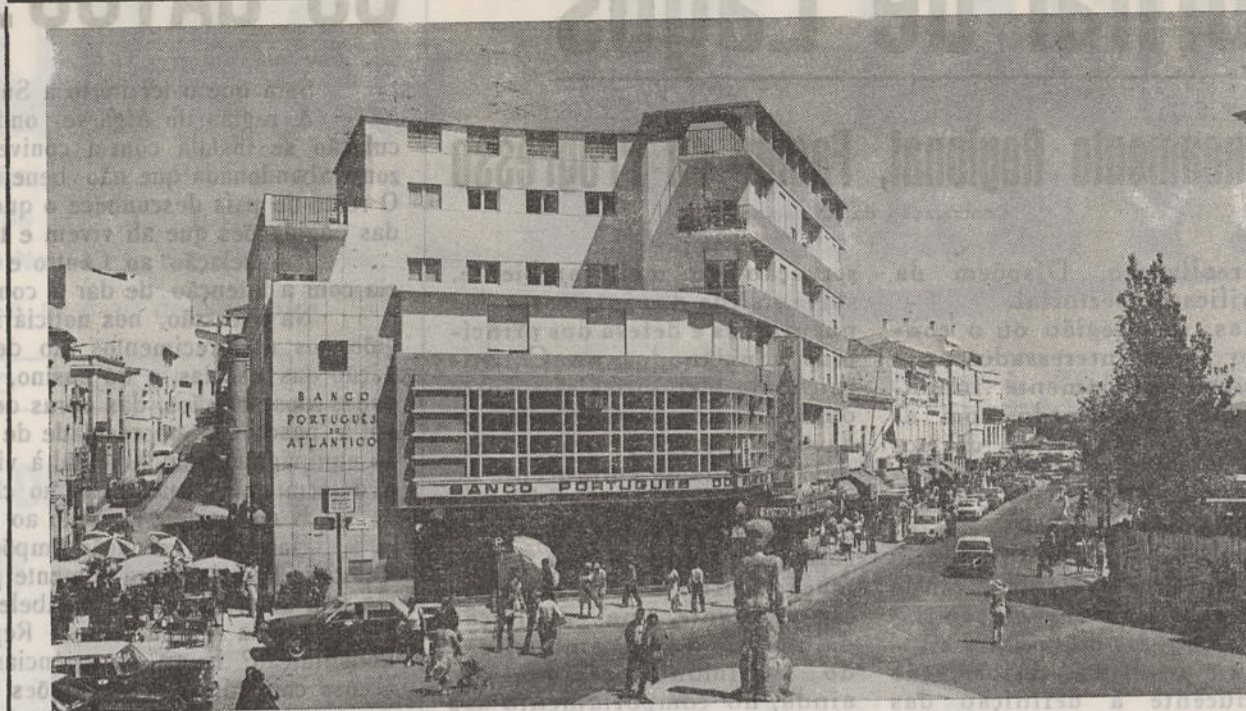
Talvês, mas o problema é mais complexo do que parece. Ligado ao «factor climático», há evidentemente o turístico.

## A escola e o turismo

Ainda ninguém, segundo creio, fez um estudo do impacto, do choque que representa a influência do Turismo (e de estar numa zona eminentemente turística) sobre as populações escolares. É toda uma opulência, uma disponibilidade, uma descontração, certos usos e costumes, ligados à moda, ao mundanismo e a um certo nível de vida, que são em si desmotivadores para o jovem trabalhador ou estudante. O ócio de toda esta população flutuante torna-se contagioso. A vida local está cada vez mais voltada para esse cliente potencial e real que é o Turista. Uma grande percentagem de crianças está, de perto ou de longe, aparentada com pessoas que vivem do Turismo, de negócio, da especulação. Para eles surge, cada vez mais firme, a convicção de que não é necessário estudar para se viver facilmente, e também de que o veraneante, o turista é que «a leva direita». Ele é o modelo permanente, fascinante, e não o professor ou qualquer figura ligada ao mundo do trabalho. Isto reduz determinadamente a capacidade de mobilização, o sentido do esforço. É um dos factores importantes dessa outra escola, a escola paralela, o mundo exterior, com o qual tentamos ingloriamente competir. É o estudo, o esforço, a instrução, a cultura, contra o lazer, o repouso, as férias, a dissipação.

## A escola paralela

O mundo do turismo é apenas uma parte dessa tal escola paralela. Numa época em que a crise económica, social e cultural se acentua, em que a necessidade do esforço colectivo se impõe, as médias incentivam a desmobilização, fornecendo modelos individualistas, heróis imbatíveis, «play boys» do quotidiano, e oferecendo imagens escapistas, alienantes, que acentuam a ideia de que a violência, a degradação da qualidade de vida, a solidão, o horror quotidiano, são irreversíveis, irremediáveis, sem contrapartida e que, portanto, quem tem unhas é que toca guitarra. Esta ideia do salve-se quem puder, aliada ao aliciante do dinheiro fácil são elementos dessa concorrência desleal que a escola paralela nos impõe.



LAGOS ACTUAL

O que se passa, em suma, com os jovens em Portugal, é que eles são matraqueados com um numero infinito de estímulos e informações, a maioria dos quais revelam da mais violenta manipulação. Sob o efeito desse condicionamento brutal, a criança sai fatalmente excitada, dificilmente motivável, por vezes desequilibrada, frequentemente boçal. O professor sente-se ludibriado. Como se tentasse injectar soro num doente, ao qual, por outras vias, seriam administradas doses maciças de veneno. Qual a finalidade do nosso trabalho? Terá ele um sentido? Quais as vias possíveis de renovação da nossa missão?

## O Intercâmbio Escola-Meio

Por todas as razões apontadas, na nossa região, mais do que noutras, o ensino transformou-se numa aposta impossível, um corpo inerte, um espírito estagnante. Se a escola não se renovar, se não criar outra dinâmica, se não abrir as suas portas aos ventos purificantes do exterior, à influência benfazeja do meio circundante, nos aspectos mais autênticos, mais vividos e ricos, ela morrerá. Claro que o mundo do turismo também conta, visto ser um factor de desenvolvimento de grande importância, mas o essencial será a cultura popular, o conhecimento das características locais respeitantes ao património, à vida económica agrícola e industrial, à pesca, ao regionalismo em geral, à natureza envolvente em toda a sua incontestável beleza, à ecologia, àquilo que nos diferencia do resto do país e do mundo.

Por sua vez, o meio poderá beneficiar do interesse, das investidas estimulantes, das interrogações e auscultações que a escola vem fazer ao seu próprio seio. Trata-se de um intercâmbio a todos os títulos salutar e necessário, uma vida possível de renovação.

## Alguns dados estatísticos

Ensino Secundário	total	1454
Escola Secund. de Lagos	647	alunos
Nova Secção	807	
		1 454
Sede do Concelho	859	
Concelho (fora de Lagos)	255	
Concelho de Vila do Bispo	188	
» » Aljezur	141	
» » Portimão		
(Mexilhoeira)	11	
Ensino Preparatório		
Escola Prepar. de Lagos	866	
Sede do Concelho	430	
Concelho (fora de Lagos)	274	
Concelho de Vila do Bispo	68	
» » Aljezur	9	
» » Portimão		
(Mexilhoeira)	78	
Estrangeiros	7	

# MAD

## Movimento para Aprofundamento da Democracia

O MAD, movimento civico recentemente formado—extraordinariamente oportuno no momento actual da vida nacional — traduz, no contexto da sua programação e critérios, os anseios de grande número de portugueses, onde quer que se situem. «Agir Localmente para Pensar Globalmente» é um dos principais critérios de actuação no sentido de se atingirem os objectivos a que se propôs e que se consubstanciam na dignificação da democracia representativa.

Na região do Algarve, onde a degradação do meio ambiente se instalou, o processo de abordagem global das questões «em aberto» muito irá beneficiar com a participação do Movimento que se propõe actuar por forma «concreta e enraizada, a partir do nível local, sendo necessariamente descentralizado e regionalizado, mas também crescentemente globalizado através justamente da interligação do local e do sectorial», actuando longe da «improvisação e do amadorismo» e estabelecendo «diálogo entre as populações e os técnicos».

O esclarecimento dos graves problemas existentes com origem nas assimetrias provocadas pelo processo turístico, a falta de estruturas de controle, a deterioração de vida que se verifica, são factores que na região do Algarve impõem, inevitável e urgentemente, a Análise de Situação que, estamos certos, o MAD, como movimento isento, in-

dependente e aglutinador de vontades, não deixará de realizar.

Do Documento aprovado no Encontro de 14 e 15 de Maio, destacamos:

As instituições politicas convencionais têm-se mostrado inadequadas e viciadas, ao mesmo tempo que as politicas economicas se encontram num impasse, polarizadas como estão por um modelo de desenvolvimento assente no crescimento contínuo. Por outro lado, as inovações tecnológicas, os novos movimentos sociais, as transformações culturais, bem como a explosão demográfica, o esgotamento de certos recursos naturais, a ameaça da destruição nuclear, tudo isso cria novas situações que exigem novas respostas. Os poderes dominantes — presos a concepções politicas, economicas e sociais ultrapassadas e desvirtuadas — estão incapazes de encontrar soluções para estas novas situações. Não nos basta «modernizar» o antigo, precisamos de descobrir o novo. Não chega rectificar alguns erros da prática política, temos de encontrar uma outra prática.

Um dos nossos objectivos é o de dignificar a democracia representativa. Defendemos a aproximação entre as instituições e o povo, de modo a que os eleitos pelo voto popular exprimam realmente os interesses sociais. Por isso desenvolveremos a nossa capacidade de intervenção, de crítica e de proposta perante os órgãos de soberania, os organismos autárquicos e em geral as estruturas do Estado.

Simultaneamente, afirmamos a nossa confiança na democracia di-

Continua na página 4

## Planeamento Regional, Factor de Progresso

Continuação da 1.ª página

de realização. Dispõem da planificação sectorial.

Mas, se a região ou o concelho estão interessados num processo devidamente fundamentado de acordo com as exigências modernas da sociedade portuguesa e os princípios estabelecidos na Constituição da República e, ainda, com base na análise socio-económica da Região, tendo em conta as suas características ímpares que avalie situações e estabeleça informação conducente à definição das «tendências» e dos caminhos possíveis de desenvolvimento bem como dos princípios e bases orientadoras condicionantes do Plano; que possibilite a tomada de decisões e a programação de acções globais necessárias à recuperação e reabilitação regionais bem como à melhoria da qualidade de vida das populações e do seu próprio bem estar; que venha obstar à degradação existente, criando riqueza no território da Região e estabeleça a abertura que se impõe ao Planeamento Regional; então, terão de montar os mecanismos necessários e de se estruturarem por forma a contemplar zonas homogêneas de interesse económico e de identidade sócio-cultural. Terão de, administrativamente, criar os Órgãos Autárquicos Regionais necessários, quer se trate da Região Administrativa ou do Plano, quer dos órgãos definidos na Constituição, quer ainda dos Agrupamentos dos Municípios que definam estratégia inter-concelhia e que sirvam de alternativa à compartimentação existente (n.º e delimitação das áreas dos Concelhos) que tão graves consequências tem no processo de desenvolvimento regional.

Considera-se fundamental, para já, uma maior percepção do contexto em que a resolução dos problemas se move, ultrapassando conceitos sobre a importância relativa do planeamento físico e do processo de acções sectoriais isoladas. A noção de «presença» permanente num sistema integrado e no apoio necessário aos programas e á tomada de decisões é, pelo contrário, factor de progresso que urge instituir.

A legislação promulgada sobre o Plano Director Municipal, contempla um pouco estes aspectos.

Esclarecimento das estruturas urbanas existentes, pre-

servação do meio ambiente, salvaguarda dos interesses das populações e defesa dos princípios consignados na Constituição da República são, entre outros, factores essenciais que deverão estar presentes em todo o esquema conducente ao estabelecimento dos Planos de Intervenção, os quais se consubstanciam numa informação correcta sobre a situação existente, na avaliação da qualidade do ambiente e do património regional e, ainda, no comportamento das populações perante o meio que as rodeia.

Toda a Intervenção deverá assumir, junto do poder regional, uma função de interprete das linhas orientadoras e dos programas estabelecidos, tendo em vista o controlo do desenvolvimento da Região, apoiando as decisões a tomar em matéria de política regional, definindo as medidas que permitam exercer uma acção cautelar imediata e estabelecendo as zonas prioritárias de intervenção com consequentes formas específicas de actuação.

Consideramos pois muito importante que o poder autárquico, Regional ou Concelhio, não se limite a constatar a necessidade da elaboração do Plano Director, mas que tome consciência de que se deverá iniciar o processo referente ao Planeamento Regional. Um Plano deverá representar algo de vivo e dinâmico, tendo a ver directamente com a comunidade que serve, estando em permanente sincronismo com as necessidades das populações e quotidianamente presente nas decisões que compete tomar, não se coadunando, portanto, com a encomenda directa e «fria» do dossier regulador, em que a vida das populações, que se sucedem no território abrangido fica, porventura, condicionada às regras estabelecidas ou ao arbitrio de decisões que os interesses e as pressões lhe movem.

É necessário criar responsabilização a todos os níveis e também sectorialmente. Todo o processo deverá ser instituído de forma sistematizada, ao longo do tempo, por etapas sucessivas de aprofundamento e análise das situações existentes e de acordo com a Constituição da República que é garantia da eficiente utilização das forças produtivas, da defesa do ambiente e da qualidade de vida das populações.

Será que o território a Sul do Tejo ainda faz parte de Portugal? A região do Algarve, onde tudo se vai degradando e a especulação se instala com a conivência de vários responsáveis, é uma zona abandonada que não beneficia dos «favores» do poder central. O resto do país desconhece o que se passa e nada sabe sobre a vida das populações que ali vivem e trabalham.

Em relação ao Centro e Norte do país tudo é motivo de notícia com a intenção de dar a conhecer o ambiente de vida existente.

Na televisão, nos noticiários e nas rubricas destinadas às Regiões, os esclarecimentos vão desde as actividades culturais à degradação das escolas e do ensino, das realizações municipais às actividades dos artesãos, das obras de interesse colectivo à faina do campo, à pesca, da necessidade de apetrechamento das vilas e cidades ao equipamento fundamental à vida das populações, da falta de apoio a determinadas iniciativas ao chamar a atenção para isto e aquilo.

E no que diz respeito ao Sul?

Que discriminação impõe a Televisão para não se falar da Reforma Agrária? Será somente porque o responsável daquele programa tem autoridade para estabelecer o seu critério pessoal em relação às opções da Assembleia da República bem como ao estabelecido na Constituição? E as experiências realizadas no Algarve ao nível de acções camarárias — operações urbanísticas e programas de realojamento, de recuperação de património e de reabilitação de núcleos urbanos; e as acções culturais; e a falta de saneamento básico; e a situação das populações do interior algarvio sacrificadas ao «litoral privilegiado»; e a situação do Turismo; etc. etc.

Quem dá a conhecer a vida nesta região e chama a atenção para os graves problemas existentes?

Quem se oferece, quem?

XXXXXXXXXX

O chamado «caso Lapinha» constitui para os lacobrigenses um sério motivo de preocupação sobre o destino do ambiente urbano da sua cidade. Não é para menos porquanto qualquer cidadão poderá antever, pelo que já está em construção, o que será a concretização do esquema urbanístico (?) aprovado e que permite ocupações daquele tipo.

Se de facto o Plano Director define números no «abstracto» e refere aquelas percentagens e densidades, terá de haver muita competência para o esclarecimento da situação e grande percepção na avaliação dos parâmetros estabelecidos. Sem dúvida que o plano errou. Sem dúvida que ele não contemplou factores importantes inerentes à cidade de Lagos, porquanto:

- É necessário defender as características próprias da cidade.
- É necessário conservar o seu «carácter» e tudo aquilo que representa a sua «Memória», a sua História Urbana.
- Lagos é uma cidade muralhada. Essa característica não se poderá perder, quer com a construção de edifícios isolados, à sua ilharga, quer com a execução dos chamados «loteamentos» que a envolvem — fora da zona de protecção da Cerca — e que definem conjuntos de edifícios de grande porte, formando cortina edificada que se substitue à própria muralha.
- O casario, as muralhas e a baía representam presença cultural e contribuem para uma unidade que não poderá ser desvirtuada com a criação de panos de fundo de edificações.

Porquê nenhum técnico competente esclareceu a situação ou veio a «terreiro» defender as virtudes do empreendimento e a sua contribuição na valorização da cidade?

XXXXXXXXXX

Não podemos deixar de referir e comentar, nestes Gatos, uma afirmação irresponsável e, portanto, inconsequente de um dos «responsáveis» do anterior Governo — **ACABAR COM O TURISMO DE PÉ DESCALÇO.**

Primeiro esclarecimento a fazer seria definir o que significa «turismodepédescalço». Será que o tal senhor se refere ao turismo «não milionário», ao turismo normal, ao turismo que vem mesmo ver e contactar com todos nós, que vem, enfim, viver o país.

Se assim é, conheço, para já, professores universitários, especialistas vários e até um diplomata, que nas suas férias percorrem o país, de mochila às costas, fazendo turismo a sério.

Mas, para já mesmo, convém esclarecer o tal senhor que o Algarve tem condições excepcionais para esse tipo de turismo o qual tem e continuará a ter o seu lugar nesta Região.

Que falta de realismo e de bom senso representa aquela afirmação!

Na altura, alguém comentava — «Como assim? se nós somos um país de pé descalço (mentalmente, economicamente culturalmente, politicamente, etc.) como é que o turismo há-de ser muito